Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

CLIPPING IMPRESSO

11/03/2019

comunicação
& informação

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR
   1.1. VARA DA MULHER..... 1 - 3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO
   2.1. CEMULHER..... 4
   2.2. DECISÕES..... 5 - 8

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

EDUCAÇÃO

Estudantes participam de palestra sobre Violência contra a mulher

Mais de 200 alunos prestigiaram a atividade, que contou com a participação da Juíza Ana Paula Silva Araújo, que falou sobre a violência doméstica

No dia Internacional da Mulher, estudantes da Escola Municipal Darcy Ribeiro, das turmas do 6º ao 9º ano, participaram de palestra com tema "Violência doméstica e abuso sexual". Ministrada pela juíza Titular da Vara da Mulher, Ana Paula Silva Araújo, palestra teve finalidade de sensibilizar e orientar sobre violência doméstica com enfoque no assédio e abuso sexual contra crianças, adolescentes e mulheres.

Organizado pelo Setor de Acompanhamento Escolar, da Secretaria Municipal de Educação, Semed, atividade foi desenvolvida nos turnos da manhã e tarde, com participação de 226 alunos. "A palestra foi solicitada pela escola para dar continuidade as atividades desenvolvidas no decorrer da semana sobre violência contra mulher", informou Eurilene Lima, do Setor de acompanhamento.

Divulgação

Ana Paula Silva Araújo.

Juíza Ana Paula Silva Araújo destaca que o papel da Justiça, especialmente da Vara da Mulher, é coibir a violência doméstica. "Nós temos a obrigação de difundir a Lei Maria da Penha, de trabalhar o assunto sobre violência, de quebrar paradigmas sobre a condição em que a sociedade ainda trata a mulher, e com isso, promover uma mudança de postura da população, propiciando respeito a figura feminina", esclareceu.

Ela lembra ainda que o trabalho junto as escolas objetiva quebrar barreiras. "Serve para construir um novo pensamento, no sentido de garantir o respeito à todos, em especial, aqueles que são vulneráveis, em razão do gênero" finalizou. ***(Assessoria)***

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Maranhão cria oportunidades para vítimas de violência doméstica

Flávio Dino assinou parcerias e decretos para garantir capacitação e empregos para mulheres, no Dia Internacional da Mulher

O Dia da Mulher foi celebrado com novas conquistas e políticas públicas para as mulheres maranhenses. Na sexta-feira (8), em solenidade realizada na Casa da Mulher Brasileira, em São Luís, o governador Flávio Dino e equipe de secretários assinaram termos de parceria e decretos que ampliam e criam novas oportunidades para a população feminina. Uma delas foi a oferta de cursos de capacitação e empregos para mulheres vítimas de violência doméstica.

"Hoje muitos atos importantes serão assinados. Todos os anos fazemos questão de aqui nesse espaço, a Casa da Mulher Brasileira, mostrar uma atitude concreta de apoio a iniciativas de várias áreas de governo", disse o governador Flávio Dino.

Entre as ações implementadas, estão a ampliação da Patrulha Maria da Penha, que na capital agora será realizada em parceria com a Prefeitura de São Luís; a parceria entre a Secretaria da Mulher (SEMU) e a Caema que vai oferecer 10% das vagas do curso de capacitação e vagas de empregos para mulheres vítimas de violência doméstica; lançamento de edital para ofertar vagas de capacitação para mulheres vítimas de violência por meio do IEMA; do termo de compromisso para realização de campanhas de valorização da Mulher, além do anúncio do aplicativo Salve Maria.

"É uma programação extensiva que reúne aqui ações integradas do único governo do país que no cenário atual continua desenvolvendo e ampliando ações, políticas públicas para as mulheres e que tem muitas metas, como a criação da Casa da Mulher Maranhense, que em breve criaremos", destacou a secretária da Mulher, Ana Mendonça.

Susan Lucena, diretora da Casa da Mulher Brasileira, destacou a rede de apoio e as ações integradas oferecidas para as maranhenses. "Essa é uma das cinco casas que funcionam no Brasil e aqui, atualmente, realizamos mais de 2 mil atendimentos por mês. Temos aqui a Vara da Mulher, Promotoria, Delegacia, e, neste dia, que marca um dia de lutas, temos no Maranhão o anúncio de muitas outras ferramentas", afirmou a diretora.

Salve Maria

Na solenidade, tam-

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

bém foi anunciado o aplicativo Salve Maria, ferramenta digital que permitirá a mulheres acionar a polícia diretamente do celular em casos de ameaça ou perigo iminente.

Reunião

O governador Flávio Dino também recebeu secretárias de Estado e presidentes de autarquias no Palácio dos Leões, na sexta-feira (8). "Mulheres que são líderes no nosso governo: secretárias de Estado e presidentas de autarquias. Dirigem importantes políticas públicas em várias áreas e têm meu respeito pelas profissionais que são. Ainda faltaram 2 secretárias de Estado que não puderam vir hoje à nossa reunião", disse Flávio. ***(Agência de Notícias do Governo do Estado)***

Nael Reis

Entre as ações implementadas, estão a ampliação da Patrulha Maria da Penha, que na capital agora será realizada em parceria com a Prefeitura de São Luís

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

ESTADO MAIOR

Paz em Casa

O Poder Judiciário promove em todo o país, de hoje a sexta-feira, a 13ª Semana da Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa integra a Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

No período, magistrados vão concentrar esforços para impulsionar e julgar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No Maranhão, o evento é coordenado pela Cemulher/TJMA, presidida pela desembargadora Angela Salazar.

Audiências

Nas 12 edições da Semana da Justiça pela Paz em Casa realizadas até aqui no Maranhão, foram contabilizadas mais de 4 mil audiências, 3,5 mil sentenças e mais de 5 mil despachos expedidos.

Isso graças ao empenho dos magistrados e servidores, que concentram esforços para impulsionar e julgar processos que envolvam casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres.

No Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, será realizado um mutirão de julgamento na 1ª Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Decisão judicial

Estado terá que dar reajuste a defensores públicos

Com revisão, reajuste será de 20,04% aos defensores públicos; decisão é do juiz Marco Aurélio Barreto Marques. **POLÍTICA 3**

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Justiça obriga Estado a dar reajuste de 21,7% a defensores públicos

Com revisão, reajuste final é de 20,04% aos defensores; decisão é do juiz Marco Aurélio Barreto Marques, da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O juiz Marco Aurélio Barreto Marques, da 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, concedeu reajuste de 20,04% a todos os defensores públicos do Maranhão, numa ação em que a categoria exigia o benefício dos 21,7%, alvo de intensa disputa na Justiça entre servidores e o governo Flávio Dino (PCdoB).

Os defensores cobravam o cumprimento da implementação que já havia sido assegurado na Justiça. O magistrado acatou os argumentos e atendeu ao pedido dos defensores.

"Quanto ao ponto fulcral da

Divulgação

Flávio Dino terá de autorizar suplementação orçamentária à Defensoria Pública para cumprir decisão

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

questão posta, entendo que o Estado do Maranhão não se desincumbiu do seu ônus de demonstrar efetiva impossibilidade de cumprimento da decisão [...]. Primeiro porque se trata de determinação calcada em sentença judicial transitada em julgado, a qual condenou o ora executado a implementar em favor dos associados em xeque listados às fl. 44/45 o percentual de 20,04% sobre a remuneração dos mesmos. Ressalto que a referida sentença não submete-se nem mesmo ao procedimento rescisório, visto o decurso do prazo previsto no artigo 975, do Código do Processo Civil", destaca trecho da decisão.

Na decisão, o magistrado determinou imediato cumprimento de sentença e estabeleceu multa diária ao Estado em caso de descumprimento. "Isto posto, ao tempo que defiro o requerimento da exequente às fl. 3548/3550 determina seja oficiado a Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento do Estado (Seplan) para que, no prazo de 15 dias, tome todas as providências no sentido de suplementar o orçamento da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em valor a suficiente à imediata implementação do percentual de 20,04% no contracheque dos defensores listados às fl 44/45 destes autos, devendo referido percentual incidir sobre a remuneração dos beneficiados", destacou o magistrado.

MAIS

Críticas à ação do Governo

Na ocasião da decisão do desembargador José de Ribamar Castro, do Tribunal de Justiça de suspensão do reajuste de 21,7% aos servidores estaduais, a ação ingressada na Justiça pelo governo Flávio Dino (PCdoB) foi criticada pela oposição na Assembleia Legislativa. A decisão prejudicou de forma direta, mais de 60 mil servidores públicos do Maranhão.

Suspensão

No mês de fevereiro, o desembargador José de Ribamar Castro, do Tribunal de Justiça, concedeu liminar à Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e suspendeu o efeito de decisões judiciais que garantiam o reajuste de 21,7% nos salários dos servidores públicos do Maranhão. Ao todo, cerca de 60 mil servidores, entre ativos e inativos, foram prejudicados na ocasião.

A decisão foi tomada pelo magistrado no bojo de uma ação rescisória protocolada pelo governo Flávio Dino (PCdoB) no dia 23 de outubro, duas semanas após ele ter sido reeleito para o comando do Executivo e que pediu a interrupção do pagamento de benefício até o julgamento do mérito da questão no Pleno do TJ.

No seu despacho, o desembargador concordou com o argumento da PGE, segundo o qual o reajuste de 21,7% viola a Constituição ao tratar "a Lei Estadual n.º 8.369/2006 como lei de revisão geral anual, quando trata-se de norma que concedeu reajustes setorizados a diversas frações do serviço público do Estado do Maranhão".

"Assim, em sede de cognição sumária, penso que o Acórdão rescindendo, a princípio, aparenta não ter recebido adequada prestação jurisdicional, em especial no que diz respeito à violação literal do art. 37, X, da Constituição Federal, e pela possibilidade de perigo do dano com o comprometimento ao equilíbrio financeiro e orçamentário das contas públicas do Estado do Maranhão", destaca trecho da decisão do magistrado.

O desembargador José de Ribamar Castro acatou o argumento do Governo de possível dano irreparável, caso houvesse a continuidade do pagamento do benefício aos servidores até o julgamento do mérito, e concedeu a liminar.

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo

Procuradores do Estado recebem benefício

O Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão (Sindsep) informou no mês passado, por meio de nota, logo após a Justiça Estadual ter suspendido o reajuste de 21,7% a servidores públicos numa ação do Governo do Estado, que cerca de 130 procuradores estaduais, ativos e inativos, recebem a adequação salarial desde o fim de 2017.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) chegou a classificar o benefício de "ilegal e inconstitucional", ao referir-se aos demais servidores do Maranhão. Nada falou, contudo, sobre o reajuste que inserido no contracheque dos procuradores.

De acordo com o Sindsep, os procuradores estaduais entraram com ações de execução individual se baseando na ação do Sindsep para conceder a readequação salarial aos servidores públicos do Maranhão, que já tinha decisão favorável. Na ação de execução, os cerca de 130 procuradores estaduais alegaram fazer parte da base do funcionalismo público do estado e a categoria não foi contemplada com o reajuste concedido em 2006, no governo de José Reinaldo Tavares.

Com isto, os procuradores do Estado passaram a receber desde o fim de 2017 os 21,7%. Segundo o Portal da Transparência do estado, um procurador classe 1 da PGE recebe cerca de R$ 30 mil mensais e com a decisão dos 21,7%, recebem mais de R$ 6,6 mil por mês.

O Sindsep reclamou do fato de a PGE, em nota assinada pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, afirma que os 21,7% são ilegais.●

Reproduzido conforme o original, com informações e opiniões de responsabilidade do veículo